

7° SIMULADO

TJRJ

**ANALISTA JUDICIÁRIO
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

7º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-18-04-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I**MP-SP: Medidas protetivas por violência doméstica sobem 29%**

Houve crescimento de 29,2% no número de medidas protetivas tomadas em caráter de urgência em março ante fevereiro, quando não havia pandemia de coronavírus. Foram registrados 2,5 mil casos ante 1.934 no mês anterior. O auto de prisão em flagrante aumentou 51% - de 177, em fevereiro, para 268.

Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano, já havia sido registrado aumento de 23,5%, de 1566 para 1934 casos. Nesse período, no entanto, houve uma queda de 10% das prisões em flagrante - diminuiu de 197 casos para 177. A Organização das Nações Unidas (ONU) já havia alertado para essa possibilidade, pois a maioria dos atos de violência e feminicídios acontece justamente em casa.

Em São Paulo, as vítimas de violência doméstica podem fazer a denúncia online na Delegacia Eletrônica da Polícia Civil. Desde o dia 25, injúria, insultos e calúnias podem ser reportados sem a necessidade de que a vítima saia de casa. Mas em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais, como estupro e agressão física, a recomendação é ir à delegacia da mulher.

A nota da Promotoria também informa que os números devem ser maiores do que os registrados, pois durante o isolamento as vítimas são mais facilmente controladas por seus parceiros. Além disso, não há como se quantificar a violência pelos números de inquéritos, pois os prazos processuais estão suspensos durante a pandemia.

A Secretaria de Segurança Pública informou que só dará informações sobre o período da quarentena referente ao mês de março de 2020 no dia 25 de abril.

<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/mulher/mp-sp-medidas-protetivas-por-violencia-domestica-sobem-29,e564925b4648326a4f987cc0603bd026nwxfewzy.html>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto,

- a) não havia pandemia de coronavírus em março.
- b) foram registrados 2,5 mil casos de violência doméstica em fevereiro.
- c) o auto de prisão em flagrante aumentou para 268, em fevereiro.

- d) em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais, não há queixa online.
- e) a suspensão dos prazos processuais dificulta a contabilização dos casos de violência.

02. Infere-se do texto que

- a) do fato de a maioria dos casos de violência ou feminicídio ocorrerem em casa decorre a redução no número de prisões em flagrante.
- b) a redução das prisões em flagrante num cenário de aumento de casos surpreendeu a Organização das Nações Unidas.
- c) estupro e agressão física são os únicos crimes que demandam coleta presencial de materiais.
- d) os dados fornecidos e a referência à Organização Mundial da Saúde constroem um quadro do cenário mundial da violência doméstica.
- e) Os dados estatísticos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde apontam para um cenário de pessimismo.

03. No segmento “Nesse período, no entanto, houve uma queda de 10% das prisões em flagrante” (2º parágrafo), prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do elemento sublinhado por:

- a) mas
- b) porém
- c) entretanto
- d) todavia
- e) contudo

04. O texto acima exemplifica ocorrência

- a) do gênero notícia
- b) do gênero descritivo
- c) de um relato pessoal
- d) de elementos injuntivos
- e) de uma sequência argumentativa

05. No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “ante” foi empregado com sentido de

- a) diante de
- b) perante o
- c) em relação a
- d) antes de
- e) em virtude de

06. Quanto às estruturas e ideias no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Em “a maioria dos atos de violência e feminicídios acontece justamente em casa” (2º parágrafo), a forma verbal poderia ser flexionada também no plural, sem prejuízo à correção gramatical.
- b) Em “a recomendação é ir à delegacia da mulher” (3º parágrafo), o acento grave indicativo de crase marca a fusão de artigo feminino com preposição obrigatória exigida pelo verbo “ir”.
- c) A vírgula após “Desde o dia 25” (3º parágrafo) é facultativa.
- d) Sem prejuízo gramatical, o termo “Além disso” (4º parágrafo) poderia ser substituído por “Ademais”.
- e) Em “A Secretaria de Segurança Pública informou que só dará informações sobre o período da quarentena referente ao mês de março de 2020 no dia 25 de abril” (5º parágrafo), verifica-se ocorrência de discurso indireto.

07. As formas verbais “podem” (3º parágrafo) e “devem” (4º parágrafo) expressam, respectivamente, noções de

- a) probabilidade e capacidade
- b) possibilidade e probabilidade
- c) permissão e capacidade
- d) permissão e obrigação
- e) probabilidade e obrigação

08. O uso do vocábulo “deste” em “Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano” (2º parágrafo) indica a intenção de se fazer

- a) referência a algo ainda não mencionado no texto
- b) a marcação temporal de um enunciado
- c) a retomada de uma informação anterior
- d) indicação da proximidade de um objeto
- e) o distanciamento de uma informação

09. Sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido original do texto, a forma “havia sido registrado” (2º parágrafo) poderia ser substituída por

- a) fora registrada
- b) tinha sido registrada
- c) registrou-se
- d) registraram-se
- e) fora registrado

10. No segmento “Houve crescimento de 29,2%” (1º parágrafo), o termo sublinhado desempenha a mesma função sintática que

- a) Entre fevereiro de 2019 e fevereiro deste ano (2º parágrafo)
- b) Em São Paulo (3º parágrafo)
- c) A nota da Promotoria (4º parágrafo)
- d) que os números devem ser maiores do que os registrados (4º parágrafo)
- e) em caso de crimes com necessidade de coleta de materiais (3º parágrafo)

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Analise as assertivas abaixo sobre os Juízes de Paz, com base na LODERJ:

- I. Em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital, haverá um juiz de paz e até três suplentes.
- II. A impugnação à regularidade processual, a arguição de impedimentos ou de quaisquer incidentes ou controvérsias relativas à habilitação para o casamento serão decididos pelo juiz de direito competente em matéria de Registro Civil.
- III. Nos casos de falta, ausência ou impedimento do juiz de paz e de seus suplentes, caberá ao juiz de direito com competência para o Registro Civil a nomeação de juiz de paz permanente.
- IV. Compete ao Conselho da Magistratura a regulamentação sobre o funcionamento da Justiça de Paz no Estado, dispondo a respeito de direitos, deveres e penalidades aplicáveis aos juízes de paz e decidindo os casos omissos

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

12. Quanto às disposições finais da LODERJ, está incorreta a seguinte alternativa.

- a) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário: aos sábados, domingos e no dia 8 de dezembro (Dia da Justiça); nos dias declarados como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais; segunda, terça e quarta-feira da semana do carnaval; quinta e sexta-feira da Semana Santa; em feriados nacionais, estaduais e municipais, nos municípios sede das respectivas Comarcas

b) Os prazos processuais ficarão suspensos nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, período em que não serão designadas audiências e/ou sessões de julgamento, salvo casos de urgência, não havendo expediente no período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, inclusive.

c) Os cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais funcionarão diariamente, podendo fazê-lo em regime de meio expediente, das 9 às 12 horas, nos dias referidos neste artigo.

d) Os acréscimos de competência de órgão judicial terão eficácia imediata.

e) O Presidente do Tribunal de Justiça divulgará escala de plantão de magistrados para os dias e horários em que não houver expediente forense.

13. Nos termos da Lei n.º 4.620/2005, o Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a:

- a) 20% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- b) 15% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- c) 45% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- d) 50% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.
- e) 30% sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)

Herbert Almeida

14. Em relação às vantagens concedidas ao funcionário, de acordo com o Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que:

- a) as diárias são devidas àquele funcionário que se desloque regularmente da sede.
- b) o exercício de função gratificada impede o recebimento da gratificação pela prestação de serviço extraordinário.
- c) é vedada a prestação de serviço extraordinário em outro órgão que não o de lotação do funcionário.
- d) o funcionário, em qualquer condição, pode participar em mais de um órgão de deliberação coletiva.
- e) a indenização de transporte para nova sede inclui os dependentes do funcionário, e é devida desde que não tenha recebido ajuda de custo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é órgão jurisdicional do Tribunal, exceto

- a) órgão especial
- b) conselho da magistratura
- c) seções cíveis
- d) grupos de câmaras
- e) câmaras

16. À luz da Consolidação Normativa Judicial, no cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar

- a) parecer, rotina administrativa e ordem de serviço.
- b) memorando, parecer e certidão.
- c) manual, parecer e rotina administrativa.
- d) ofício, declaração e atestado.
- e) rotina administrativa, memorando e declaração.

17. Com base na Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta

- a) Provimento é instrumento de caráter normativo externo, por meio do qual, o Presidente do Tribunal organiza seus órgãos e atividades.
- b) Convocação é instrumento pelo qual se convoca Magistrados, Defensores e Membros do Ministério Públicos para participarem de atividades administrativas.
- c) Aviso é instrumento de divulgação de notícias de interesse geral, normas, instruções ou orientações uniformizadas voltadas para grupos ou atividades específicas ou não, exclusivamente no âmbito interno.
- d) Ato Reservado é instrumento, por meio do qual, o Corregedor-Geral da Justiça dá ciência aos Magistrados de decisões judiciais, exaradas em processos judiciais ou administrativos, que tramitam em segredo de justiça.
- e) Convocação é instrumento para determinar providências concernentes ao regime jurídico e a vida funcional do servidor da justiça.

18. Acerca do que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, correção-geral ordinária é realizada

- a) mensalmente
- b) semestralmente
- c) anualmente
- d) bienalmente
- e) sempre que necessária

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 prevê, como modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, a colocação competitiva em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma diretriz a ser observada:

- a) igualdade de oportunidades à pessoa com deficiência, sem qualquer forma de priorização.

- b) vedação de participação de organizações da sociedade civil, cabendo tais medidas apenas ao poder público.
- c) orientação vocacional à pessoa com deficiência, buscando adequar seu perfil vocacional e interesse às realidades do mercado.
- d) provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.
- e) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, exceto as atitudinais.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. A respeito de moral, ética e valores, julgue os itens que se seguem

I - A tradição é um dos elementos que formam a moral de uma sociedade.

II - O imperativo categórico, para ser considerado ético, deve limitar-se a determinado grupo social e, portanto, não possuir caráter universal.

III - Os valores éticos possuem origem na natureza e são independentes da cultura social.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas corretas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Tomando por base as regras estatuídas no texto constitucional a respeito dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, desde que exista previsão em lei, assim como aos estrangeiros que preencham os requisitos eventualmente estabelecidos em lei.
- b) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) o servidor não possui direito adquirido à imutabilidade do seu estatuto funcional.
- d) aos servidores estatutários é garantida a limitação de jornada de 8 horas diárias e 40 horas semanais.
- e) aos servidores estatutários é garantido o direito ao fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS).

22. Sabendo-se que o Estado do Rio de Janeiro criou nova empresa pública para atuar na prestação de serviços públicos, é correto afirmar que a referida entidade:

- a) está dispensada de realizar concurso público para contratação de seu pessoal.
- b) está obrigada, como regra geral, a realizar licitação prévia aos contratos de compras, serviços, alienações e obras seguindo o mesmo regime aplicável à administração direta.
- c) deverá assumir a forma de sociedade anônima.
- d) possuirá capital social misto, desde que a maioria das ações com direito a voto pertença ao Estado do Rio de Janeiro.
- e) em regra não se sujeita ao regime de falência.

23. Quanto ao processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) o início do processo é marcado pela sua instrução, que pode se dar de ofício ou a pedido do interessado.

- b) havendo múltiplos interessados com requerimentos com conteúdo e fundamento idênticos, os entes públicos deverão criar modelos ou formulários padronizados.
- c) havendo múltiplos interessados, com requerimentos diversos para pretensões equivalentes, como regra geral, eles poderão se unir e formular um único requerimento.
- d) considera-se suspeito para atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo.
- e) o servidor que incorrer em impedimento tem o dever de comunicar o fato à autoridade competente, sob pena de ter praticado falta grave para efeitos disciplinares.

24. Como parte das ações para celebrar o fim da pandemia gerada pelo Covid-19, o Ministério da Saúde pretende realizar licitação, na modalidade concurso, para selecionar trabalho artístico consistente em logomarca comemorativa do epílogo da peste, a qual deverá ser utilizada em comunicações oficiais durante todo o ano de 2021.

O prazo entre a publicação do aviso da licitação e a data limite para recebimento das propostas deverá ser de:

- a) 30 dias, no mínimo.
- b) 30 dias, no máximo.
- c) 45 dias, no mínimo.
- d) 60 dias, no mínimo.
- e) 75 dias, no mínimo.

25. Acerca do controle legislativo da Administração Pública, em âmbito estadual, é correto afirmar que trata-se de controle:

- a) exercido com auxílio do Tribunal de Contas, que julga as contas dos administradores da administração direta, autárquica e fundacional, excluídas as sociedades de economia mista e empresas públicas, que são fiscalizadas pelo Ministério Público.

- b) exercido com auxílio do Tribunal de Contas, que julga as contas dos administradores da administração direta, autárquica e fundacional, bem como das empresas estatais que prestarem serviços públicos, excluídas as sociedades de economia mista e empresas públicas que explorem atividade econômica em sentido estrito.

- c) realizado com auxílio do Ministério Público, o qual exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos e das entidades da administração direta e indireta.

- d) realizado com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, órgão subordinado à Assembleia Legislativa, ao qual compete exercer o controle financeiro da atuação administrativa.

- e) realizado com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, o qual é formado por sete conselheiros e compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos e das entidades da administração direta e indireta.

26. Quanto à prestação de serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) incumbe ao Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou autorização, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

- b) lei deve dispor sobre os direitos dos usuários, a política tarifária, a obrigação de se manter serviço adequado e o caráter ordinário do contrato de concessão.

- c) havendo a delegação da prestação dos serviços, a concessionária se obriga a realizar concurso público para contratar seu pessoal.

- d) havendo a delegação da prestação dos serviços, a concessionária se obriga a realizar licitação prévia antes de contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido.

- e) havendo a rescisão da concessão, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até o trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

27. Lindaura, viúva de Carlos, notou a ausência de recebimento, durante vários meses, das contas de água do apartamento onde vive desde o casamento com o falecido marido. Assim, dirigiu-se à companhia que realiza o abastecimento em sua cidade, uma empresa pública federal, onde foi informada de que a cobrança estava sendo enviada para outro endereço, conforme registro contido nos arquivos da entidade. Lindaura solicitou, então, a retificação de tais informações, o que foi negado pelo dirigente da entidade, sob a justificativa de ter sido o cadastro feito em nome de Carlos, não podendo ser alterado pela requerente. Da interpretação da situação hipotética apresentada, é possível concluir que:

- a) Lindaura poderá interpor *habeas data*, na instância ordinária da justiça federal, visando retificar os dados documentais do *de cujos*.
- b) A empresa pública não possui legitimidade para figurar no polo passivo em ação de *habeas data*, vez que os dados constantes de seus registros não são de caráter público.
- c) Lindaura não poderá lançar mão do *habeas data* para requerer a retificação dos dados em nome do *de cujos*, já que se trata de ação personalíssima, que não admite a figura da substituição processual.
- d) Lindaura poderá impetrar mandado de segurança diretamente na justiça estadual, em face da ilegalidade cometida por dirigente de pessoa jurídica de direito privado.
- e) Lindaura somente poderá ajuizar mandado de segurança caso esgotada a via administrativa, após interposição e julgamento do recurso correspondente.

28. Suponha que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, durante processo de promoção de juízes de determinada entrância, tenha recusado o nome do juiz mais antigo dentre aqueles constantes da lista de antiguidade correspondente e, em substituição, tenha sugerido aos demais membros do Tribunal a promoção de outro juiz, escolhido conforme o critério de

merecimento. De acordo com as regras previstas na Constituição da República, tal procedimento:

- a) É inconstitucional, por desrespeitar a necessidade de alternância entre os critérios de antiguidade e merecimento, bem como a exigência do voto fundamentado de 2/3 dos membros do tribunal para a recusa do juiz mais antigo.
- b) Será válido, desde que o juiz escolhido para substituir o mais antigo tenha figurado por 3 vezes consecutivas na lista de merecimento.
- c) Não apresenta qualquer irregularidade, já que a escolha do juiz conforme o critério de merecimento deu-se após a rejeição do nome do magistrado mais antigo, não havendo que se falar em burla à sistemática de alternância prevista na Carta Maior.
- d) O Tribunal só poderia promover o juiz por merecimento caso não houvesse quem aceitasse o lugar vago pertencente ao critério de antiguidade.
- e) É inconstitucional, já que a recusa do juiz mais antigo apenas poderia ter sido feita com a aprovação da maioria absoluta dos membros do Tribunal, devendo o magistrado escolhido em substituição possuir ao menos 2 anos de exercício na entrância respectiva.

29. Foi enviado à Câmara de Vereadores de determinado município, por meio de iniciativa popular, projeto de lei estabelecendo limites e parâmetros para a exploração de jazidas de minérios em seu território, incluindo procedimentos de segurança e proteção ambiental decorrentes dessa atividade. Considerando as disposições constitucionais atinentes à repartição de competências na Federação Brasileira, pode-se dizer que:

- a) A proposta é inconstitucional, já que fere a regra que atribui à União competência privativa para legislar sobre jazidas, minas e minérios.
- b) O projeto mostra-se compatível com a CF/88, já que legislar sobre questões locais relativas ao meio-ambiente está entre as atribuições conferidas aos municípios.
- c) A proposta contém vício de iniciativa, já que leis que versam sobre matérias relacionadas à exploração de recursos minerais são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

- d) O município não poderia ter abordado o tema, já que legislar sobre meio-ambiente é matéria afeta à competência concorrente entre os Estados e a União Federal, apenas.
- e) A proposta será válida, desde que a União tenha editado lei complementar autorizando todos os demais entes a legislar sobre questões específicas ligadas ao assunto.

30. O Presidente da República solicitou ao Congresso Nacional delegação para editar norma dispendo sobre a criação de autarquia federal. Por meio de um decreto legislativo, foi autorizada a delegação requerida e estabelecidas as condições para a atuação do chefe do Poder Executivo que, no entanto, acabou extrapolando os limites traçados pelo Poder Legislativo. Assim, por meio de uma resolução, o Congresso decidiu sustar o ato de criação da entidade da administração indireta. O procedimento anteriormente descrito mostra-se:

- a) Inconstitucional, no que toca à limitação material à edição de leis delegadas, que não podem ter como objeto temas reservados à lei complementar.
- b) Em total harmonia com o ordenamento jurídico, já que cabe ao Congresso sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites da delegação legislativa.
- c) Irregular quanto à inversão das espécies legislativas utilizadas pelo Congresso, já que a efetivação da delegação deveria ter sido feita por meio de resolução, enquanto o ato de sustação exige a edição de decreto legislativo.
- d) Formalmente viciado, já que ambos os atos exarados pelo Congresso, por serem de efeitos externos, deveriam ter sido produzidos sob a forma de decreto legislativo.
- e) Inconstitucional, uma vez que, antes de autorizar a edição da lei propriamente dita, o Congresso deverá apreciar o projeto enviado pelo Poder Executivo.

31. Alício estava sendo processado pelo cometimento de crime comum, quando, no curso da ação, foi sagrado vencedor nas eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro. Não tendo sido concluído o julgamento no momento da posse no cargo eletivo, é possível afirmar, com base nas regras fixadas pela CF/88, que:

- a) Os autos deverão ser remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, já que o governador dispõe de foro especial inscrito na Carta Maior.
- b) O processo deverá permanecer na instância ordinária da justiça estadual e, caso Alício venha a ser definitivamente condenado, poderá perder o cargo.
- c) A Assembleia Legislativa, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá sustar o andamento da ação.
- d) O governador poderá ser regularmente processado, perante o Tribunal de Justiça respectivo, mas não poderá ser preso na vigência do mandato.
- e) O governador não poderá ser responsabilizado, na vigência do mandato, por quaisquer atos estranhos às suas funções, incluindo crimes cometidos anteriormente à posse no cargo.

32. A respeito do direito de nacionalidade, aponte a alternativa que encontra correspondência com as regras elencadas na Constituição Federal de 1988:

- a) A polipatridia não pode decorrer do somatório de uma nacionalidade originária e uma secundária, uma vez que o indivíduo terá perdido a nacionalidade brasileira caso venha a adquirir outra estrangeira.
- b) O estrangeiro ou apátrida não receberá proteção do estado brasileiro.
- c) A nacionalidade secundária será conferida ao indivíduo que, a despeito de nascer em território estrangeiro, é considerado brasileiro nato, nas excepcionais hipóteses admitidas pela atual Constituição.
- d) Os casos de nacionalidade originária pressupõem a adoção do critério *ius sanguinis* para sua aquisição.
- e) Ao contrário da nacionalidade secundária, a nacionalidade originária somente poderá ser adquirida nas hipóteses taxativamente previstas na Constituição, as quais poderão, contudo, ser modificadas por emenda constitucional.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Sobre o instituto da doação, assinale a alternativa que está em conformidade com o Código Civil.

- a) A doação de ascendentes a descendentes não importa adiantamento do que lhes cabe por herança.
- b) Se o donatário for absolutamente incapaz, é indispensável a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- c) A doação feita ao nascituro valerá, sendo aceita pelo seu representante legal.
- d) A doação verbal não será válida se versar sobre bens móveis e de pequeno valor e lhe seguir incontinenti a tradição.
- e) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

34. No que se refere ao domicílio das pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, seu domicílio será o local onde for encontrada.
- b) Domicílio da pessoa natural pode ser voluntário, quando escolhido por ela, não podendo coexistir com o necessário, uma vez que este é determinado por lei em razão da condição ou da situação da pessoa.
- c) A pessoa jurídica que possuir diversos estabelecimentos deverá eleger um deles como seu domicílio, fazendo constar de seu estatuto ou ato constitutivo.
- d) Os contratantes devem respeitar as normas legais no que se refere ao domicílio, não se admitindo, no direito brasileiro, o domicílio convencional por meio do qual as partes especifiquem onde devem ser exercitadas e cumpridas as obrigações resultantes do contrato.
- e) Se um agente diplomático que tenha sido citado no estrangeiro alegar extraterritorialidade sem designar seu domicílio no país, deverá ser demandado no Distrito Federal, uma vez que ali está localizada a capital do País.

35. O pagamento

- a) feito de boa-fé ao credor putativo é válido, salvo se provado depois que ele não era credor.
- b) deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito.
- c) não vale quando cientemente feito ao credor incapaz de quitar, em nenhuma hipótese.
- d) autoriza-se a recebê-lo o portador da quitação, fato que origina presunção absoluta.
- e) feito pelo devedor ao credor, apesar de intimado da penhora feita sobre o crédito, ou da impugnação a ele oposta por terceiros, não valerá contra estes, que poderão constranger o devedor a pagar de novo, prejudicado o direito de regresso contra o credor.

36. Tatiana e Vitor realizaram um negócio jurídico em que ficou estipulado que: Tatiana entregaria determinado bem móvel para Vitor, que ficaria autorizado a vender o bem, pagando a Tatiana, em contrapartida, o valor de quinhentos reais; e Vitor poderia optar por devolver o bem, no prazo de vinte dias, para Tatiana.

De acordo com o Código Civil, nessa situação hipotética foi firmado um contrato classificado como

- a) atípico.
- b) solene.
- c) unilateral.
- d) consensual.
- e) comutativo.

37. No que concerne às modalidades de decadência legal e convencional, assinale a opção correta, de acordo com o Código Civil.

- a) Não há qualquer distinção de tratamento jurídico entre as espécies de decadência legal e convencional.
- b) A prescrição não pode ser interrompida em hipótese nenhuma.

- c) Ambas as modalidades de decadência, caso consumadas, devem ser reconhecidas de ofício pelo magistrado.
- d) Diferentemente do que ocorre com a decadência convencional, a decadência legal, caso consumada, não pode ser objeto de renúncia pelo interessado
- e) Ao legislador é vedado criar hipóteses de suspensão ou interrupção de prazo decadencial legal.

38. É nulo negócio jurídico celebrado

- a) com erro substancial.
- b) com vício resultante de dolo, quando este for a sua causa.
- c) sem revestir a forma prescrita em lei.
- d) por agente relativamente incapaz.
- e) mediante fraude contra credores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. A citação será feita pelo correio, por oficial de justiça, pelo escrivão ou chefe de secretaria, por edital ou por meio eletrônico. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A citação por correio é a regra em nosso ordenamento jurídico, inclusive nas ações de estado e quando o citando for incapaz.
- b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que não poderá recusar o recebimento.
- c) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- d) A citação por hora certa é a única espécie de citação ficta.

e) O oficial de justiça está adstrito às comunicações de atos processuais apenas na comarca em que está lotado.

40. Cartas são formas procedimentais de auxílio, por meio das quais o juízo competente para o processo requisita a prática de um determinado ato processual a outro juízo. Considere o disposto no Código de Processo Civil e assinale a alternativa verdadeira:

- a) A carta tem caráter itinerante, podendo, antes ou depois de lhe ser ordenado o cumprimento, ser encaminhada a juízo diverso do que dela consta, a fim de se praticar o ato.
- b) Não é necessário que o juiz fixe prazo para cumprimento do disposto nas cartas, posto que cada órgão judiciário é independente.
- c) Expedida a carta, as partes acompanharão o cumprimento da diligência perante o juízo remetente, ao qual compete a prática dos atos de comunicação.
- d) Em razão do Princípio da Cooperação estabelecido como norma fundamental do processo civil, o juiz não poderá recusar cumprimento à carta precatória.
- e) No caso de incompetência em razão da matéria ou da hierarquia, o juiz deprecado, devolverá a carta ao juízo remetente para que este tome as providências que entender cabíveis.

41. Se a petição inicial preencher os requisitos iniciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação que:

- a) será marcada com antecedência mínima de 30 dias, devendo o réu ser citado com, pelo menos, 20 dias de antecedência.
- b) dispensa a presença de advogados ou defensores públicos.
- c) exige a presença pessoal das partes.
- d) não poderá ser realizada em mais de uma sessão.
- e) poderá não ser realizada caso uma das partes manifeste, expressa ou tacitamente, seu desinteresse na composição consensual.

42. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar questões preliminares. Com base no disposto no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) O juiz poderá conhecer todas as preliminares de ofício.
- b) A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.
- c) Caso o réu alegue sua ilegitimidade, deverá indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento. Em razão de sua ilegitimidade, não será obrigado a arcar com as despesas processuais em nenhuma hipótese.
- d) Ainda que o réu alegue incompetência relativa ou absoluta, a contestação deverá ser protocolada no juízo onde foi distribuída a petição inicial.
- e) A alegação de incompetência não é capaz de ensejar a suspensão de qualquer ato processual.

43. Na fase de cumprimento de sentença, a defesa do executado ocorrerá por meio de impugnação. Sobre o referido instrumento de defesa, pode-se afirmar que:

- a) dentre as matérias de defesa alegáveis na impugnação, o executado poderá alegar a falta ou nulidade de citação na fase de conhecimento, se o processo correu à revelia; a ilegitimidade da parte; inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação e a penhora incorreta ou avaliação errônea.
- b) o executado deverá garantir o juízo para que possa apresentar sua impugnação.
- c) a impugnação ao cumprimento de sentença será apresentada e processada em autos apartados.
- d) em observância à celeridade processual, não se aplica a contagem de prazo em dobro.
- e) é possível a concessão de efeito suspensivo, porém ficam vedados os atos de substituição, reforço ou redução da penhora e de avaliação dos bens.

44. Em relação ao processo de execução, é correto afirmar que:

- a) O juiz poderá, a depender de requerimento da parte, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
- b) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.
- c) A fraude à execução, se praticada por omissão, não constitui ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) O exequente poderá desistir da execução e, em hipótese alguma, dependerá da concordância da parte adversa.
- e) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

45. José, brasileiro, passeava em seu iate particular, de bandeira brasileira, junto com duas moças: Maria e Ana. Após uma discussão entre José e Ana por conta de um celular que havia sumido, José desferiu uma facada no abdome de Maria, que vem a óbito ainda na embarcação, que se encontrava em alto-mar no momento do crime.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade passiva
- b) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa
- c) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da bandeira ou pavilhão
- d) Será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade
- e) Não será aplicável a lei penal brasileira ao caso

46. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Como regra, o estado de necessidade pode ser invocado por aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo
- b) Havendo fato típico, haverá necessariamente ilicitude
- c) O erro de proibição inevitável afasta a culpabilidade, por ausência de imputabilidade penal
- d) A coação moral irresistível afasta a culpabilidade
- e) O estrito cumprimento do dever legal é causa de exclusão da ilicitude que só se aplica aos servidores públicos.

47. José, servidor do TJRJ, ocupante de função de direção, ao separar alguns papéis destinados à lixeira, acabou por jogar no lixo, por descuido, um alvará judicial que havia sido expedido em determinado processo.

Nessa situação a conduta de José configura:

- a) Prevaricação
- b) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, sem majoração
- c) Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, com aumento de pena de um terço por ser ocupante de função de direção
- d) Supressão de documento
- e) Fato atípico

48. No que tange à punibilidade no concurso de agentes, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou a teoria:

- a) monista, com exceções
- b) monista, com exceções
- c) dualista, com exceções
- d) dualista, sem exceções
- e) pluralista, com exceções

49. Sobre as penas, julgue os itens seguintes:

- I - Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição;
- II - A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta;
- III - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável apenas às condenações superiores a 01 ano de privação da liberdade;
- IV - O condenado reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime semiaberto, se favoráveis as circunstâncias judiciais.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II e IV

50. José tomou conhecimento de que Maria fora arrolada como testemunha no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de seu filho Paulo. Para proteger o filho, José comparece à casa de Maria e diz que se esta vier a prejudicar Paulo no depoimento, “irá sofrer as consequências”, apontando para uma pistola que carregava na cintura.

Nessa situação hipotética, a conduta de José configura:

- a) coação no curso do processo
- b) Ameaça
- c) Coação no curso do processo, além da pena correspondente à ameaça
- d) Fraude processual
- e) Violência arbitrária

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Por ter tido um contato mais próximo com a produção probatória, o Juiz que presidiu a instrução tem melhores condições de compreender o caso e, portanto, dar uma sentença mais adequada à solução da causa. Assim, a regra que determina que o Juiz que presidiu a instrução deverá proferir sentença consubstancia, mais precisamente, o princípio:

- a) Da identidade física do Juiz
- b) Do Juiz natural
- c) Da razoabilidade
- d) Da consubstanciação
- e) Da correlação

52. Assinale a alternativa CORRETA no que tange ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O inquérito, como regra, deverá se encerrar em até 30 dias, caso esteja preso o indiciado
- b) O MP, por ser o titular da ação penal, pode requisitar a instauração do IP, realizar diretamente as diligências e presidir o IP
- c) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.
- d) Por se tratar de demanda em que há interesse meramente privado, não pode o MP aditar a queixa-crime nos casos de ação penal privada exclusiva
- e) O direito de queixa somente passa aos sucessores na hipótese de morte

53. Caso um mesmo agente pratique um crime em detrimento do INSS, autarquia federal, e uma contravenção penal em prejuízo da Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, havendo conexão instrumental entre as referidas infrações, a competência será:

- a) Da Justiça Federal em ambos os casos, ainda que não haja reunião dos processos

b) Da Justiça Federal, eis que é competente para julgar o crime praticado contra o INSS, de forma que a contravenção penal também será julgada pela Justiça Federal, em razão da reunião dos processos pela conexão

c) Da Justiça Federal para julgar o crime contra o INSS e da Justiça estadual para julgar a contravenção penal, não havendo reunião dos processos nesse caso

d) Da Justiça estadual em ambos os casos

e) Da Justiça estadual para julgar o crime contra o INSS e da Justiça Federal para julgar a contravenção em prejuízo da Caixa Econômica Federal

54. Em determinado processo que tramita pelo rito ordinário, em audiência de instrução e julgamento, o Juiz determinou a condução coercitiva do réu José, ao fundamento de que este não poderia deixar de comparecer ao interrogatório. Antes do interrogatório, realizado antes da oitiva das testemunhas, o Juiz informou ao réu sobre seu direito ao silêncio, informando ainda que o silêncio não importaria confissão, mas poderia ser interpretado em seu prejuízo. Ouvido, José confessou a prática do crime.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A condução coercitiva, nesse caso, foi válida
- b) O interrogatório do réu deveria ter sido o último ato da instrução realizada em audiência
- c) Agiu corretamente o magistrado ao informar ao réu sobre as consequências do exercício do direito ao silêncio
- d) Como José confessou a prática do crime, deverá o Juiz condená-lo, por ser a confissão prova máxima no Direito processual penal pátrio
- e) O interrogatório do réu deveria ter sido realizado após a oitiva das testemunhas de defesa, mas antes da oitiva das testemunhas de acusação.

55. José, primário, foi preso em flagrante pela prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Conduzido à delegacia, José optou por permanecer em silêncio, tendo sido lavrado o auto de prisão em flagrante delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Poderá o Juiz decretar a prisão preventiva de José, de ofício
- b) Poderá o Juiz decretar a prisão preventiva de José, desde que haja requerimento do MP ou representação da autoridade policial
- c) Não poderá o Juiz decretar a prisão preventiva de José, nem poderá ser fixada medida cautelar diversa da prisão
- d) Poderão ser decretadas medidas cautelares diversas da prisão, mas não será possível a decretação da prisão preventiva
- e) Somente o Juiz poderá conceder fiança nesse caso

56. Nos termos do CPP e do entendimento sumulado do STJ, no rito especial previsto para o processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará:

- a) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias, ainda que a denúncia esteja lastreada em inquérito policial prévio
- b) a notificação do acusado, para apresentar justificção preliminar, em 05 dias.
- c) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 dias.
- d) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias, ainda que a denúncia esteja lastreada em inquérito policial prévio
- e) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Considere

- I – indicação, feita pelo Presidente, de servidor do Tribunal, bacharel em Direito, para provimento de cargo em comissão de Secretário-Chefe da Secretaria Geral;
- II - permuta ou remoção voluntária dos Desembargadores, de uma para outra Câmara;
- III - assuntos de ordem interna, mediante convocação especial do Presidente, para esse

fim, por iniciativa própria ou a requerimento de um ou mais Desembargadores;

IV - permuta ou remoção voluntária dos Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

V - realização de concurso para ingresso na Magistratura de carreira, e respectivo regulamento.

Segundo o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial deliberar sobre

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

58. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, a transmissão via fax de petições relativas a ações originárias de 1ª instância, no Foro Central da Comarca da Capital, somente poderá ser feita ao PROGER em dias de normal expediente forense no horário compreendido

- a) entre 11h e 18h,
- b) entre 12h e 18h
- c) entre 13h e 17h.
- d) entre 14h e 18h.
- e) em qualquer dia e qualquer horário.

59. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, qual o nome que se dá ao instrumento que estabelece a comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente a Administração.

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

60. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral;

- a) rotina administrativa
- b) manual
- c) declaração
- d) atestado
- e) certidão

Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito!

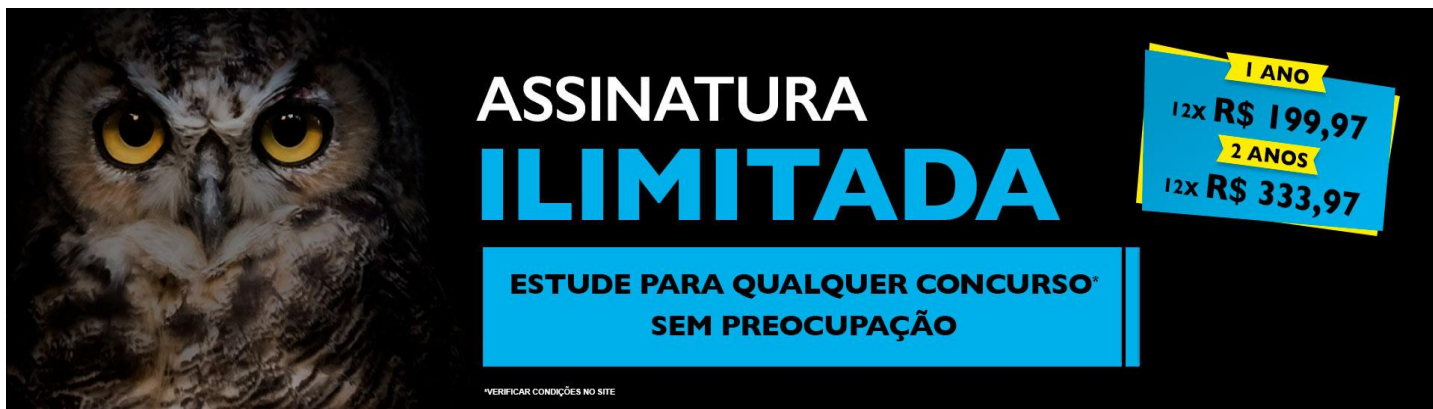
<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-18-04-20>



Estratégia

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE